

HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA: CONTEXTOS, TENDÊNCIAS E DEBATES

Women's history and Brazilian historiography: contexts, tendencies and debates

Historia de las mujeres y historiografía brasileña: contextos, tendencias y debates

MARIANA DA SILVA RODRIGUES DE LIMA^{I*}
ANA LUZIA PEREIRA MARTINS^{II**}
ANDREA DA CONCEIÇÃO^{III***}
ISADORA DE MÉLO ESCARRONE COSTA^{IV****}

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420250507>

^I Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

* Doutoranda em História e bolsista CAPES (marianadelima.historia@gmail.com)
 <https://orcid.org/0000-0002-1022-7589>

^{II} Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

** Doutoranda em História e bolsista CAPES (anamarttins.95@gmail.com)
 <https://orcid.org/0009-0000-5526-2321>

^{III} Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

*** Doutoranda em História e bolsista CAPES (andreea.uerj@gmail.com)
 <https://orcid.org/0000-0002-0490-175X>

^{IV} Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

**** Doutoranda em História e bolsista CAPES (isadoramc95@gmail.com)
 <https://orcid.org/0000-0002-8864-7807>

Artigo recebido em 1 de janeiro de 2025 e aprovado para publicação em 19 de maio de 2025.



RESUMO

Atualmente consolidada na historiografia brasileira, a História das Mulheres é uma área cuja produção aumenta cada vez mais. Diante do crescimento do interesse nesse campo, é importante conhecer o percurso de sua formação, bem como as tendências, debates e diálogos que foram parte desse movimento. Nesse sentido, este artigo busca, por meio de uma revisão historiográfica, contextualizar, de forma não exaustiva, a trajetória da História das Mulheres no Brasil, abordando os pontos principais de sua constituição entre as décadas de 1970 e 2010.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia brasileira; História das Mulheres; Gênero.

ABSTRACT

Consolidated nowadays in the Brazilian historiography, the Women's History is an area whose production increases more and more. In face of the growing interest in this camp, it is important to know the path of its formation, as well the tendencies, debates and dialogues that were part of this movement. Inasmuch, this article seeks through a historiographical revision to contextualize, not in an exhaustible way, the trajectory of Women's History in Brazil, approaching the main points of its constitution between the 1970's and the 2010's.

KEYWORDS: Brazilian historiography; Women's History; Gender.

RESUMEN

Consolidada actualmente en la historiografía brasileña, la Historia de las Mujeres es una área cuya producción aumenta cada vez más. Frente el crecimiento del interés por ese campo es importante conocer la trayectoria de su formación, cómo también las tendencias, debates y diálogos, que hicieron parte de ese movimiento. En ese sentido, este artículo busca a través de una revisión historiográfica contextualizar, de forma no exhaustiva, la trayectoria de la Historia de las Mujeres en Brasil, abordando los puntos principales de su constitución entre las décadas de 1970 y 2010.

PALABRAS CLAVE: Historiografía brasileña; Historia de las Mujeres; Género.

INTRODUÇÃO

A História das Mulheres é atualmente uma área de abundante produção acadêmica no Brasil. Sua formação remonta à década de 1970, quando ainda era denominada História da Mulher, e desde então tem desenvolvido abordagens cada vez mais sofisticadas, em diálogo contínuo com a historiografia nacional e internacional – com destaque para os debates produzidos nos Estados Unidos e na França –, bem como com os discursos e práticas que emergem fora do meio acadêmico, especialmente a partir de movimentos sociais diversos, como o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBTQIAP+. Diante do seu crescimento e expansão, este artigo tem como objetivo contextualizar, de forma breve, o percurso de constituição desse campo no Brasil. Trata-se, portanto, de uma revisão historiográfica, cujo recorte temporal abrange o período entre as décadas de 1970 e 2010, compreendido aqui como um intervalo crucial para a conformação e amadurecimento da área.

O artigo está estruturado em duas partes principais. Na primeira, traça-se um panorama contextual, destacando as influências, tendências e interlocuções que marcaram a formação do campo no período em análise. Em seguida, discute-se a incorporação da categoria gênero aos estudos históricos sobre as mulheres, evidenciando a relevância dos Estudos de Gênero para a consolidação do campo e indicando como esses debates ampliaram os horizontes da pesquisa, incluindo abordagens sobre Masculinidades e Homossexualidades. Por fim, é importante destacar que este trabalho não tem a pretensão de oferecer uma síntese definitiva ou exaustiva sobre a História das Mulheres no Brasil, mas sim apresentar uma contribuição que favoreça a compreensão mais aprofundada de sua trajetória e o reconhecimento das contribuições teóricas, metodológicas e políticas que sustentaram sua consolidação.

DA HISTÓRIA DA MULHER À HISTÓRIA DAS MULHERES

A agência feminina nos processos históricos passou a ganhar maior visibilidade entre historiadoras e historiadores a partir do momento em que as mulheres ingressaram no espaço público e começaram a questionar o *status quo*. É especialmente a partir da segunda metade do século XX que se observa um interesse maior por esses sujeitos na historiografia ocidental (Luca, 2022: 23; 25; 49). Assim, a partir dos anos 1970, a História das Mulheres começou a ser estruturada nos países do Ocidente, com ressalva aos Estados Unidos em que, no contexto da militância feminista, foram criados os primeiros núcleos de *Women's Studies* nos anos 1960 (Vaqueiras, 2019: 367). No que diz respeito ao impacto dessa produção acadêmica no Brasil, observa-se os debates desenvolvidos nas academias estadunidense



e francesa – a *Women's History*¹ e a *Histoire des Femmes*², respectivamente – foram incorporados, posteriormente, e desempenharam papel importante no processo de consolidação da História das Mulheres no país.

A historiografia brasileira seguiu a tendência da historiografia ocidental, pois foi também nessa conjuntura que as mulheres passaram a ser objeto de estudos históricos³. Colaboraram para isso a Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, e a produção de historiadores estadunidenses sobre a História do Brasil (Silva, 1987: 76; 83). O grupo organizou o seu primeiro Projeto Mulher em 1978, financiado pela Fundação Ford, cujos resultados foram publicados em 1980⁴. No entanto, em 1979 a instituição publicou uma bibliografia anotada de estudos sobre a mulher e nesse material constavam 177 estudos na área de História, cuja maioria era composta por biografias de “heroínas” da História do Brasil (Silva, 1987: 76-77).

Além da contribuição da Fundação Carlos Chagas, a produção de pesquisadores estadunidenses, especialistas em História do Brasil, também colaborou para o início da História da Mulher. Tal fato pode ser explicado devido ao desenvolvimento mais rápido dessa área nos Estados Unidos, em que estudos históricos sobre o tema datam da década de 1960 (Silva, 1987: 83; Perrot, 2019: 19). Dessa maneira, logo no começo dos anos 1970 houve a publicação de trabalhos importantes para a constituição dessa área: o artigo “Dona e prostituta: Growing up Female in Brazil” (1972), em *The Hispanic American Historical Review* e o livro *Power and Pawn. The Female in Iberian Families, Societies and Cultures* (1976) de Ann Pescatello; o artigo de Susan Soeiro “The Social and Economic Role of the Convent: Women and Nuns in Colonial Bahia, 1677-1800” (1974), na *The Hispanic American Historical Review*; são alguns exemplos (Silva, 1987: 83-84).

Ainda que esses trabalhos não tenham sido traduzidos para o português, eles são de suma importância para a historiografia brasileira, sendo classificados por Maria Beatriz Nizza da Silva como integrantes da bibliografia obrigatória da História da Mulher no Brasil, por fornecerem contribuições temáticas e metodológicas (Silva, 1987: 84). Nesse conjunto de produções de pesquisadores estadunidenses, destaca-se *A Mulher no Brasil* (1978) de June E. Hahner, que reuniu material abundante sobre a posição e as atividades das mulheres no Brasil, abrangendo uma temporalidade ampla, demarcada entre o século XVI e meados do século XX (Hahner, 1978: 10; 9; 11). A obra foi composta por textos escolhidos pela historiadora, os quais eram oriundos de fontes com tipologias diversas, como, por exemplo, relatos de viajantes, jornais, poesia popular, entre outras (Hahner, 1978: 10; 18).

Além disso, na introdução apresenta-se um diagnóstico pertinente sobre o estado da História da Mulher no Brasil no final dos anos 70. Nesse texto, Hahner afirmava que:

"A História da mulher no Brasil, tal como a das mulheres em vários outros países, ainda está por ser escrita" (Hahner, 1978: 9). Também sinalizou a pouca atenção que se dava ao tema e que os estudos existentes sobre a mulher brasileira eram pequenas impressões ou biografias curtas sobre mulheres notáveis (Hahner, 1978: 9). Para a historiadora, a escrita da "história da mulher no Brasil seria tarefa extremamente ambiciosa", até "mesmo para os anos vindouros", visto a necessidade de se publicar sínteses, de se produzir monografias e de se acumular dados (Hahner, 1978: 10). Diante desse cenário, Hahner registrou que:

Um estudo consistente da mulher brasileira deve incluir sua vida pública e privada, situação legal, vida familiar, poder político e os papéis econômicos e sociais desempenhados através da história do País, nas várias regiões, tanto nas cidades quanto no campo, e entre os diversos grupos sociais (Hahner, 1978: 10).

Assim, tal como evidencia Hahner, podemos afirmar que a "tarefa extremamente ambiciosa" de se escrever a História da Mulher no Brasil (Hahner, 1978: 10) teve o seu início na década de 1970. Na década seguinte, essa tendência se tornaria mais forte na historiografia brasileira, pois nesse momento surgiram estudos que tinham o objetivo de questionar a ideia da passividade feminina e mostrar a miríade de modalidades da resistência social e da atuação política femininas (Rago, 1999: 82). De acordo com Margareth Rago, é nessa conjuntura que emerge o que se poderia definir como uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres, trazendo para o cenário historiográfico um conjunto de estudos influenciados pelas considerações teóricas do historiador inglês E. P. Thompson, no qual buscavam ressaltar a capacidade de luta e a preocupação em "revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista" (Rago, 1995: 82; 84).

Algumas obras representativas desse decênio foram: *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937* (1981) de June E. Hahner; *A mulher do Rio de Janeiro no século XIX: um índice de referências em livros de viajantes estrangeiros* (1982) de Miriam Lifchitz Moreira Leite; *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984) de Maria Odila L. da Silva Dias; *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930* (1985) de Margareth Rago; *A mulher na história do Brasil* (1988) de Mary Del Priore; *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão* (1988) de Maria Lucia de Barros Mott; *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque* (1989) de Martha de Abreu Esteves; *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem*

urbana, 1890-1930 (1989) de Rachel Soihet; e *As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX* (1989) de Eni de Mesquita Samara (Rago, 1999: 82; Pedro, 2015: 25-26).

Nesse momento, a produção acadêmica sobre mulheres na História orientou-se, em sua maioria, pela tendência historiográfica da renovação da História Social e pelos programas feministas. Nesse sentido, buscou-se abordar com mais profundidade questões como as da experiência e a da cultura na narrativa e pesquisa históricas (Muniz, 2015: 324). Apesar dos avanços, percebia-se uma dificuldade para que a História da Mulher se tornasse uma área autônoma, desvinculada de outras como a Demografia histórica, a História Social e a História da Família (Silva, 1987: 81). Em 1987, Maria Beatriz Nizza da Silva afirmou que a “revolução documental” ocorrida nessas áreas ofereceu condições para que a História da Mulher começasse a ser escrita no Brasil. Essa mudança consistiu na pesquisa em arquivos eclesiásticos ao invés de arquivos públicos, sendo preciso fazer uma transição entre esferas de análise, passando do macrossocial para o microssocial, despertando a atenção para os homens e mulheres como agentes históricos. Assim, foi possível reunir fontes suficientes para a escrita da História da Mulher, embora esta tenha sido inserida em domínios mais amplos como a Demografia histórica, a História da Família, a História do Cotidiano e a História Social (Silva, 1987: 81).

Além dessa observação, Silva também destacou três características gerais da História da Mulher em fins dos anos 80. São elas: a adequação das questões da pesquisa à documentação estudada; a diferença clara entre as normas estabelecidas discursivamente para o comportamento das mulheres e o comportamento feminino concreto, o qual poderia ignorar ou questionar tais normas; e a falta de elaboração de uma teoria, ou a importação de alguma teoria já existente em outra área para o estudo da mulher (Silva, 1987: 87-88). Em relação a essa última característica, comprehende que:

Tudo se passa como se nesta fase o deslumbramento com a documentação a explorar, o afã em recuperar de alguma maneira a palavra de uma maioria por longos séculos silenciosa, a curiosidade em decifrar comportamentos ou em detectar lutas e rebeldias, se tivessem sobreposto ao desejo de encontrar teorias explicativas. É certo que a grande maioria das historiadoras da mulher brasileira leu Simone de Beauvoir e *Le deuxième sexe* ou leitora atenta dos autores marxistas, mas tais leituras não são visíveis nos trabalhos realizados (Silva, 1987: 88, grifos do original).

No entanto, ainda nessa conjuntura, três produções podem ser apontadas como contribuições para a História da Mulher no Brasil. Destacamos a obra de Michelle Perrot *Os Excluídos da História*, em 1988 (Perrot, 1996: 191); a publicação, em 1989, do número

"A mulher no espaço público" pela *Revista Brasileira de História* (Soihet; Pedro, 2007: 281) e, por fim, a tradução para a língua portuguesa do texto "Gênero, uma categoria útil de análise histórica" de Joan Scott na Revista *Educação & Realidade*, em 1990 (Pedro, 2015: 26-27), que proporcionou uma nova orientação às pesquisas sobre mulheres (como se verá no tópico sobre História das Mulheres e Gênero).

Nos anos 1990, observa-se uma mudança quanto à compreensão do próprio campo de estudos que vinha constituindo-se, pois nesse contexto a categoria "mulheres" passou a circular no Brasil de forma mais ampla (Pedro, 2015: 25), ocasionando a renomeação da área para História das Mulheres. Esse destaque à pluralidade do "ser mulher" foi possível por meio da divulgação da coleção, em cinco volumes, *História das Mulheres no Ocidente* (Pedro, 2015: 25). A obra foi coordenada por Michelle Perrot e Georges Duby e se propôs a narrar a história das mulheres da Antiguidade até o século XX, contando com a contribuição de setenta historiadores de países diversos (Perrot, 1993: 125). Os volumes foram impressos na França, entre 1991 e 1992, e traduzidos para dez idiomas, sendo a Editora Afrontamento, de Portugal, responsável pela tradução para o português e a Edbrasil de São Paulo pela distribuição dos livros (Pedro, 2015: 25).

A coleção foi um sucesso editorial e inspirou a produção de obras semelhantes em outros países, especialmente no Brasil, com a publicação de *História das Mulheres no Brasil* (1997), organizado por Mary Del Priore (Pedro, 2015: 25-26). A obra concentra-se entre o período colonial e o século XX, e busca não reduzir as mulheres em si, mas abordar a história da família, da criança, da literatura, do corpo feminino etc. (Priore, 1997: 7). Na apresentação, a organizadora assinalou que o objetivo era "contar a história das mulheres", para um público leitor diverso não apenas composto por especialistas, e tinha-se a intenção de que o livro fosse uma obra de referência, tal como já existia em outros países. Além disso, Priore defendeu a dimensão relacional da História das Mulheres, vendo-a como indissociável da História Geral, fosse a do Brasil ou a do Ocidente (Priore, 1997: 7-8).

Na década de 2010, uma nova obra de síntese foi publicada: *Nova História das Mulheres no Brasil*, lançada em setembro de 2012 (Pedro, 2015: 26, nota 11). Essa, por sua vez, voltou-se para uma história das mulheres nos séculos XX e XXI, e reuniu pesquisadoras nas áreas de História, Ciências Sociais, Educação e Direito (Pinsky; Pedro, 2018: 9). Além disso, a publicação manteve o direcionamento de público leitor da anterior. As organizadoras, Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro, afirmaram que as autoras que contribuíram com o livro foram auxiliadas pelos avanços ocorridos na área da História das Mulheres nas décadas precedentes (Pinsky; Pedro, 2018: 9-10), visto que o contexto historiográfico da década de 2010

era diferente do de meados dos anos 80 e começo dos anos 90, caracterizado por poucos trabalhos e muitas lacunas (Pinsky; Pedro, 2018: 10).

Nesse contexto, era consenso na historiografia brasileira que as mulheres tinham uma história, que pode ser escrita e possui potencialidades de apresentar novas perspectivas para a História Geral, na medida em que aborda as “relações sociais, raciais, etárias e de gênero” e mobiliza debates sobre o poder, tanto o público quanto o privado. Naquele cenário, os artigos, livros, dissertações e teses sobre o tema haviam crescido em termos numéricos e em sua variedade de temáticas: corpo, movimentos de mulheres, trabalho, educação, mulheres negras e indígenas, entre outras (Pinsky; Pedro, 2018: 10). Dessa maneira, depreende-se que entre as décadas de 1970 e 2010 as mulheres emergiram como um objeto de estudo na historiografia, suscitando muitas reflexões e desdobramentos, sendo a incorporação da categoria gênero um marco importante, proporcionando novas perspectivas e temáticas.

Entretanto, antes de discutir a inserção do gênero na História das Mulheres é interessante refletirmos também sobre a presença das mulheres negras, excluídas por uma historiografia que negava a presença e a participação dos seus corpos no suceder histórico. Em vista disso, é necessário evidenciar que as mulheres negras estavam consolidando sua identidade coletiva nas décadas de 70 e 80 por meio da sua atuação política, que buscava o direito de resistir por meio do acesso às políticas públicas voltadas para suas demandas (Lima; Rios, 2019: 317). É nesse período que contamos com a escrita assertiva de Sueli Carneiro e Thereza Santos, com a obra *Mulher Negra* (1985), que se tornou o símbolo de uma crítica denunciativa por evidenciar as desigualdades experimentadas entre as mulheres brancas e negras. A assimetria vivenciada pelos corpos negros também é expressa no texto “Por uma História do Homem Negro” (1974), escrito pela historiadora Beatriz Nascimento, que enfatiza a necessidade do homem e da mulher negra afirmarem sua identidade por meio da sua autorrepresentação. Essa análise soma-se à obra da antropóloga e intelectual negra Lélia Gonzalez *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020), em que ela expõe a necessidade de falar e viver um feminismo que reconhece que as mazelas das mulheres negras possuem como base a violência de gênero, de raça e de classe.

Ademais, dos anos 1980 aos anos 2000, percebeu-se o entrecruzamento entre as categorias de gênero, raça, classe, sexualidade e geração, principalmente nas pesquisas envolvendo mulher e gênero nas temáticas da escravidão e do pós-abolição (Pedro; Freitas; Veras, 2019: 105). Nesse sentido, entre as obras que deram visibilidade às vivências históricas das mulheres negras, podemos citar a já mencionada *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, de Maria Odila Leite da Silva Dias, ao abordar mulheres de classes oprimidas como as forras,

livres e escravizadas durante a urbanização da cidade de São Paulo, no final do século XVIII (Pedro; Freitas; Veras, 2019: 105). Vale mencionar que Dias também publicou, em 1985, o artigo “Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho”, na *Revista de Estudos Econômicos* (Matos, 1996: 40, nota 8). Além desses, outros trabalhos sobre mulheres negras foram realizados, destacando-se: a dissertação *Casamentos mistos de escravos em São Paulo Colonial* (1990), de Eliana M. Rea (Matos, 1996: 40, nota 8); e a coletânea *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação* (2012), composta por vinte artigos e organizada por Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flávio Gomes (Pedro; Freitas; Veras, 2019: 105).

A HISTÓRIA DAS MULHERES E O GÊNERO

As primeiras formulações do conceito de gênero datam da década de 1960 na produção de Robert Stoller, que buscava por meio desse termo destacar a diferença entre o sexo, em seu sentido anatômico inscrito nos corpos, e o gênero, entendido como a identidade sexual social/psicológica dos indivíduos. Entretanto, teóricos como Linda Nicholson já assinalam uma “reflexão sobre o gênero”, ainda que a categoria não fosse mobilizada, na obra *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, a qual pode ser observada na célebre afirmativa de que as mulheres não nascem mulheres, mas tornam-se mulheres. Dessa forma, Nicholson enxergava em Beauvoir a constatação de que o sexo biológico não era a garantia da conformação dos indivíduos ao gênero (Veiga; Pedro, 2019: 330-331).

No entanto, foi em um texto publicado na *The American Historical Review*, em 1986, que Joan Scott teorizou sobre o gênero, classificando-o como uma categoria de análise, a qual também era pertinente para a historiografia (Veiga; Pedro, 2019: 331). Tornando-se um marco na discussão sobre o gênero, o trabalho foi traduzido e publicado na França, em 1988, no *Les Cahiers du GRIF* (Pedro, 2015: 26-27; Lopes, 1990: 27). No Brasil, esse artigo teve o título de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, sua tradução foi feita por Guacira Louro e publicado na Revista *Educação & Realidade*, em 1990 (Lopes, 1990: 27; 31, nota 9; Pedro, 2015: 27). Nesse artigo, Scott retoma o debate acerca da diferença entre sexo e gênero, já empregada na década de 1960 por Robert Stoller, porém, relaciona-o com a noção de poder. Para ela, o gênero é constituído por relações sociais, as quais estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, uma forma primeira de significar as relações de poder (Pedro, 2005: 86). Ao recorrer à “desconstrução” derridariana como metodologia para o trabalho com o gênero, Scott não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados, mas busca discutir as formas como se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido a tais questões e posicionando-as dentro

das relações hierárquicas. Nesse raciocínio, comprehende o conceito gênero como possibilidade de observar os sentidos construídos sobre o masculino e feminino, transformando homens e mulheres em perguntas e não em categorias fixas, crítica que direcionou à História Social, visto que, em sua análise, realizavam abordagens apenas descritivas no que diz respeito à História das Mulheres (Scott, 1995).

Conforme aponta Margareth Rago, a crítica de Scott à historiografia social era porque esta trabalhava com identidades prontas, negligenciando as construções simbólicas e culturais dos agentes em suas experiências de vida (Rago, 1995: 85). Alinhada aos teóricos ligados ao pós-estruturalismo, Scott buscou utilizar formulações teóricas para ultrapassar esses usos descritivos do gênero, que entendia como associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, sem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Além disso, ressalta que as análises do gênero em seu uso descritivo influenciavam apenas os trabalhos sobre temáticas em que a relação entre os sexos é mais evidente, como, por exemplo, na família, sendo os temas de guerras e da alta política pouco usados nessas relações. Dessa forma, torna-se uma vertente irrelevante para os historiadores que trabalham sobre o político e o poder (Scott, 1995; Soihet, 1997), resultando na adesão de uma visão funcionalista com base na biologia e na perpetuação da ideia das esferas separadas na escrita da História, isto é, a sexualidade ou a política, as mulheres ou os homens (Soihet, 1997: 103).

Em outra linha de raciocínio, a filósofa Judith Butler defendeu que problematizar a utilização do gênero é uma ação necessária, visto que interpretá-la como um termo analítico seria um retrocesso para o Estudos Feministas. Para ela, isso limitaria a sua compreensão apenas como uma oposição binária biológica, desprezando o questionamento sobre a formação das categorias “homens” e “mulheres” juntamente com “os processos discursivos que produzem a diferença” (Butler, 2007: 90). Em sua obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, propõe que a utilização política do termo gênero, movida pelo feminismo, não é mais contemplativa das singularidades femininas, sendo, desse modo, equivocado querer reunir a noção singular de identidade. Em contrapartida, é sugerido uma quebra de padrões normativos, buscando o lugar da diversidade das mulheres, rechaçando a busca pelo reconhecimento e enquadramento em um sistema de contínua desigualdade entre o feminino e o masculino.

Nesse sentido, Butler questionou a busca pela definição de uma identidade comum na categoria “mulheres” na teoria feminista, uma vez que não ocorre uma problematização acerca de sua formação. Ainda, afirma que a subjugação feminina só é possível porque o

sistema político que deveria subvertê-la é o mesmo sistema que possibilita sua existência. Entendendo que “a crítica feminista também deve compreender como a categoria das mulheres, o sujeito do feminismo é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação” (Butler, 2007: 20). Desse modo, demonstra que a utilização do gênero como uma categoria de análise é problemática, uma vez que ignora as transversalidades que compõem o quadro feminil. Em vista disso, a filósofa reitera a importância da ampliação das considerações sobre a diversidade dos sujeitos femininos para colocar fim ao sistema de opressão. Por conseguinte, sustenta que o “gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado casual do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo” (Butler, 2007: 26).

Por isso, propomos que a interpretação da categoria de gênero seja dilatada, de modo que não se vincule com a determinação biológica pela diferença dos sexos. Em vista disso, Butler sugere uma revolução teórica, na qual “em primeiro lugar, devemos questionar as relações de poder que condicionam e limitam as possibilidades dialógicas” (Butler, 2007: 40), a ponto de subverter a restrição binária ao sexo, uma vez que devemos considerar que as estruturas binárias são responsáveis por impor uma racionalidade dita universal, que impõe por sua vez um sujeito absoluto masculino que condiciona a sujeição feminina.

No que tange à historiografia brasileira, a conceituação do gênero mais difundida foi a de Joan Scott. Além do artigo já mencionado, foi também publicado no Brasil o prefácio de seu livro *Gender and politics of history* (1988) na revista *Cadernos Pagu*, em 1994 (Scott, 1994). A partir da década de 1990, observa-se a produção de textos de historiadoras buscando inserir a categoria no âmbito dos estudos históricos sobre as mulheres. Exemplos desses trabalhos são os artigos: “Relações de gênero e pesquisa histórica” (1994), de Joana Maria Pedro, publicado na *Revista Catarinense de História* e “História das mulheres e gênero: usos e perspectivas” (1996), de Maria Izilda Matos, publicado no *Caderno Espaço Feminino*. No primeiro artigo, Pedro faz um breve histórico sobre a História das Mulheres, citando as academias francesa e estadunidense e estabelecendo gerações dentro dessa área (Pedro, 1994). A terceira geração corresponderia às “historiadoras que estão utilizando **gênero** como categoria de análise histórica”, a qual havia migrado das Ciências Sociais, mais especificamente da Antropologia para a História (Pedro, 1994: 39, grifos do original). Em seguida, a autora comenta como o gênero foi pensado na Antropologia por Gayle Rubin e na História por Joan Scott (Pedro, 1994: 40-41), afirmando que a utilização do gênero nesse último campo:



[...] não significará um novo “território protegido para as mulheres”, pois aquela utilização implica na possibilidade de mudar a direção do olhar histórico, colocando a questão da relação de gêneros como central. Para as/os historiadoras/es, trata-se de pensar que a organização social da relação entre os gêneros é instável, e depende de múltiplas determinações e relações de poder. Perceber estas relações, e consequente [sic] construção dos gêneros, pode nos apontar como funcionam, e a possibilidade de mudá-los. Não basta, entretanto, para as/os historiadoras/es identificar, em determinados momentos da história, como se dividiam os papéis entre os sexos; é preciso perceber as relações que se estabeleciam e que os determinavam (Pedro, 1994: 42).

Por sua vez, Maria Izilda Matos em “História das mulheres e gênero: usos e perspectivas” traçou uma breve cronologia sobre a estruturação da História das Mulheres no Brasil. Para ela, a fase inicial foi caracterizada pela “necessidade de tornar visíveis as mulheres” e que após esse momento, via-se a possibilidade de “recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres no passado em toda a sua complexidade” (Matos, 1996: 42). Ressalta que naquele contexto buscava-se “um aprimoramento metodológico que permita recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico” (Matos, 1996: 42). Nesse sentido, em consonância com as demandas dos movimentos feministas, entende que o gênero surgiu como categoria para análise na História, a qual permitia compreender “a persistência da desigualdade entre mulheres e homens”. Todavia, ela criticou o uso do gênero como sinônimo para mulheres e destacou que a categoria era compreendida como “mais neutra e objetiva”, de modo que a sua utilização era também encarada como uma estratégia para se legitimar academicamente os estudos nessa temática (Matos, 1996: 42-43). Além disso, a autora também mencionou a influência dos Estudos de Gênero na historiografia, reconhecendo uma outra tendência na historiografia brasileira dos anos 90, a qual era a construção de abordagens históricas a partir do instrumental teórico-metodológico dessa área, em que o objetivo consistia em “recuperar a historicidade das relações entre os sexos” (Matos, 1996: 46).

A partir dos anos 2000, a presença dos Estudos de Gênero tornou-se mais forte na historiografia brasileira, o que levou à busca por uma distinção mais clara entre a História das Mulheres e a História das Relações de Gênero – também denominada, em alguns contextos, como História dos Gêneros (Soihet; Pedro, 2007; Soihet; Costa, 2008: 41). No entanto, é importante destacar que o conceito de gênero também passou a ser amplamente utilizado em pesquisas no campo da História das Mulheres, como apontaram Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro na apresentação da coletânea *Nova História das Mulheres no Brasil*. Esse uso cruzado dos conceitos reflete os novos caminhos da historiografia nacional, os quais, conforme observa Soihet, revelam uma interpenetração entre essas

abordagens, tornando inviável uma separação rígida entre elas (Soihet, 1997: 112). Uma obra importante e atual que sintetiza os avanços e debates em torno desses campos é o *Dicionário Crítico de Gênero*, cuja segunda edição foi publicada em 2019. Por meio de seu conjunto de verbetes, o volume registra as contribuições de pesquisas voltadas às mulheres, às sexualidades, às masculinidades e ao gênero (Colling; Tedeschi, 2019: 17-18).

Diante do exposto, comprehende-se que a categoria gênero possui formas variadas de utilização na pesquisa histórica, servindo também de base para a abordagem de objetos fora do feminismo, como, por exemplo, as masculinidades (Veiga; Pedro, 2019: 332). De modo breve, podemos dizer que os estudos sobre masculinidades começaram a se desenvolver nos países anglo-saxões na década de 1960, por meio “da contribuição do movimento feminista e dos movimentos gay e lésbico” (Souza, 2009: 124). Primeiramente, esses estudos, tal como ocorria em outras áreas, ignoraram “as relações de poder entre os sexos”, passando a compreender, muitas vezes, feminino e masculino “como sinônimos de diferenças inatas” e “essencializadas” (Silva, 2015: 8). Foi apenas no bojo das modificações da própria História das Mulheres, sobretudo na década de 1990, que se tornou possível falar em um campo de pesquisa sobre masculinidades de forma mais coesa e complexa. Nesses estudos existe uma ênfase em se questionar a existência de apenas um tipo de masculinidade tida como hegemônica – aquela do homem ocidental, branco, hétero e de classe abastada – e pensá-las no plural, algo construído e não fixo (Souza, 2009: 124-125).

Em geral, a História das Masculinidades buscou compreender os homens por meio das suas distintas experiências, modos/tipos de ser e vivê-las (Silva, 2015: 8), almejando combater a “sensação de que os homens se constituem num parâmetro extra-histórico e universalizante” (Matos, 2013: 11). Na definição de Natanael Silva, as masculinidades devem ser entendidas como um “conjunto de experiências históricas que contribui e se constitui na formação dos sujeitos; estas experiências moldam, transformam e formam as percepções sobre a realidade e indicam como cada um se posiciona frente à vida” (Silva, 2015: 8). Essas masculinidades são formadas a partir das “práticas sociais e instituições formadoras que contribuem na construção e sedimentação de certos registros compartilhados sobre e entre os gêneros” (Aragão, 2013: 344).

Assim, pode-se dizer que o estudo sobre masculinidades foi gestado apresentando uma íntima proximidade com os estudos sobre História das Mulheres e Gênero, principalmente, a partir do final do século XX, contexto em que surgiram os primeiros trabalhos sobre masculinidades no Brasil. Trata-se do estudo de Maria Izilda Mattos e Fernando A. Faria – nomeado *Melodias e sintonias em Lupicínia Rodrigues: o feminino, o masculino e suas relações* (1996) – e, logo depois, o trabalho de Durval Albuquerque Júnior, intitulado *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste-1920/1940)* (2013). Essas pesquisas, além de serem pioneras na historiografia



brasileira, auxiliam-nos a compreender “que há mais masculinos do que as visões naturalistas e deterministas procuram afirmar” (Albuquerque Júnior, 2020: 260).

Além disso, esses trabalhos alertaram que “foram particularmente frutíferos os estudos históricos sobre mulheres e gênero para a formação de suas pesquisas” (Mattos; Faria, 1996: 14). Todavia, poucos são os estudos que incorporaram a categoria gênero e analisaram a masculinidade, pois “a produção historiográfica privilegiou o enfoque das experiências femininas em detrimento de seu universo de relações com o mundo masculino” (Mattos; Faria, 1996: 14, 28). E, embora essa lacuna já não se mostre tão grande como antes, ainda precisa da atenção e dos esforços de historiadores e historiadoras para que seja construído um maior diálogo, conforme salientam algumas abordagens, como as de Rosely Costa, do próprio Albuquerque Júnior e outras. Segundo Rosely Costa e Albuquerque Júnior, a exclusão das masculinidades dos estudos de gênero pode reforçar a ideia equivocada de uma separação entre os mundos masculino e feminino, além de perpetuar lógicas de exclusão. Ambos defendem que transformar as relações de gênero exige a inclusão dos homens no debate, pois mudanças restritas às mulheres não seriam suficientes para alterar estruturas historicamente desiguais (Costa, 2002; Albuquerque Júnior, 2010).

Além dos estudos sobre as masculinidades, que se desenvolveram a partir da História das Mulheres e Gênero, é importante ressaltar que a discussão sobre as Relações de Gênero na História também proporcionou a emergência de pesquisas sobre as homossexualidades⁵. E, nesse sentido, os anos 2000⁶ foram marcados pela integração entre os Estudos de Gênero e a investigação sobre esse tema (Veras; Pedro, 2015: 96-97). Ademais, nota-se a tendência de uma solidariedade entre as historiadoras da História das Mulheres e das Relações de Gênero e as pesquisas sobre as homossexualidades. Alguns exemplos são: a dissertação, de José Carlos de Araújo Junior, *A metamorfose encarnada: travestismo em Londrina (1970-1980)* (2006) e a tese, de Nadia Cristina Nogueira, *Lota Macedo Soares e Elizabeth Bishop: amores e desencontros no Rio dos anos 1950-1960* (2005), orientadas por Margareth Rago na Unicamp; e também a tese de Rita de Cássia Colaço Rodrigues, *De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena* (2012), orientada por Rachel Soihet na UFF (Veras; Pedro, 2015: 98-99).

Deve ser mencionado que, para o desenvolvimento dos estudos sobre homossexualidades, também colaboraram: o pensamento foucaultiano, principalmente em sua observação sobre a constituição de dispositivos da sexualidade por meio das relações de poder, o pós-estruturalismo e os estudos *queer*, em que a teoria *queer*⁷ dilatou os Estudos de Gênero, na medida em que teceu críticas aos binarismos de sexo e gênero. Trata-se, portanto, de uma teoria derivada das demandas políticas de minorias sexuais e ancorada no pós-estruturalismo (Veras; Pedro, 2015: 98, 101-102). Em relação aos enfoques nos estudos históricos sobre as homossexualidades,

observa-se que essas pesquisas trabalham sobre temas além da homossexualidade masculina, abordando as lesbianidades, como nas pesquisas da historiadora Tânia Navarro Swain, transexualidades e travestilidades, como no livro *Travestis: carne, tinta e papel* (2019), de Elias Ferreira Veras (Veras; Pedro, 2015: 99; Pedro; Freitas; Veras, 2019: 103; nota 28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dante do que foi discutido ao longo deste artigo, é possível observar que a História das Mulheres passou por um notável processo de desenvolvimento desde sua constituição, na década de 1970. Essa trajetória evidencia não apenas o crescente interesse pelo campo, mas também o engajamento crítico de historiadoras e historiadores comprometidos com a ampliação das fronteiras da historiografia. Trata-se de um movimento contínuo de reflexão sobre os próprios fundamentos da disciplina, que permitiu a abertura para novos objetos de investigação, como as relações de gênero, as masculinidades e outras formas de dissidência de corpo e identidade.

Nesse percurso, a História das Mulheres contribuiu de forma significativa para a valorização de sujeitos historicamente marginalizados – mulheres, pessoas LGBTQIAP+, corpos racializados e dissidentes –, reconhecendo sua agência nos processos históricos e, assim, desestabilizando as narrativas tradicionais que privilegiavam um sujeito universal, masculino e normativo, as quais eram produto de uma racionalidade marcada por supostas neutralidade, objetividade e universalidade (Oliveira, 2018: 117). Em oposição a uma história totalizante e excludente, esse campo tem se caracterizado pela constante renovação, acompanhando as transformações sociais e epistemológicas, e assumindo múltiplas direções conforme se ampliam suas interlocuções teóricas e políticas.

Conflitos de interesse: Nada a declarar.

Fonte de financiamento: Durante o processo de escrita do artigo as autoras estavam cursando o doutorado no PPGH/UERJ com suas respectivas pesquisas financiadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Contribuição dos autores: Lima, Mariana da Silva Rodrigues de.: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita - Redação, Revisão, Edição. Martins, Ana Luzia Pereira.: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita - Redação, Revisão, Edição. Conceição, Andrea da.: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita - Redação, Revisão, Edição. Costa, Isadora de Mélo Escarrone.: Conceituação, Investigação, Metodologia, Escrita - Redação, Revisão, Edição.



NOTAS

1 Nos Estados Unidos, a História das Mulheres começou a desenvolver-se na década de 1960, momento em que o movimento feminista passou a apontar a necessidade de inclusão das mulheres na narrativa histórica, a fim de que se desse visibilidade às heroínas e à atuação feminina e se fornecessem explicações sobre a opressão. O propósito dessa abordagem reivindicada pelas feministas era o de que esses relatos pudessem inspirar a militância (Scott, 1992: 64).

2 Na França, a História das Mulheres surgiu na década de 1970, contribuindo para isso fatores científicos, sociológicos e políticos. Entre os fatores científicos estão: a interdisciplinaridade entre História e Antropologia, que resultou na abordagem da demografia histórica, cuja ênfase na família fez a mulher emergir como sujeito, juntamente com as crianças e os jovens, e a Nova História que diversificou os objetos de estudo. Entre os fatores sociológicos destaca-se a entrada das mulheres na universidade como estudantes e como professoras, e entre os fatores políticos enfatiza-se o movimento de liberação das mulheres (Perrot, 2019: 19-20).

3 Apesar de delimitar-se o início dos estudos históricos sobre a mulher no Brasil na década de 1970, deve ser mencionada a importância da obra *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade* (1969) da socióloga Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, na medida em que esse trabalho deu foco à história (Hahner, 1978: 9, nota 1; Pedro, 2015: 24).

4 Em 1980, isto é, no final dos anos 70, os resultados do primeiro Projeto Mulher vieram à público sob o título *Vivência (História, Sexualidade e Imagens Femininas)*, no qual constavam quatro estudos históricos escritos por Ilana W. Novinsky, Maria Beatriz Nizza da Silva, Miriam Moreira Leite e Pedro Maia Soares (Silva, 1987: 77).

5 Conforme artigo de Veras e Pedro (2015), a palavra homossexualidades é utilizada para referir-se às “experiências de gays, lésbicas, travestis e transexuais” (Veras; Pedro, 2015: 92, nota 1).

6 O livro *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000), do historiador James Green, contribuiu para a legitimação do tema na academia em fins da década de 1990 e se tornou bibliografia obrigatória na área (Veras; Pedro, 2015, 98-99; Pedro; Freitas; Veras, 2019: 102).

7 Guacira Lopes Louro se constituiu como uma das primeiras autoras a publicar sobre a teoria *queer* no Brasil, pensando essa questão a partir de Judith Butler (Veras; Pedro, 2015: 102; nota 18).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das Diferenças. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 23-34. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/tg384/pdf/machado-9788578791193-02.pdf>. Acesso em: Jun. 2024.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste-1920/1940)*. 2a. ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. (Mais)Culinos: outras possibilidades de corpos e gêneros para as carnes sexuadas pela presença de um pênis. *Outros Tempos*, São Paulo, vol. 17, n. 29, p. 260-281, 2020. Doi: <https://doi.org/10.18817/ot.v17i29.766>
- ARAGÃO, Rafael. O homem é desse mundo: para entender a masculinidade como um processo histórico. In: COLLING, Leandro; THÜRLER, Djalma (orgs.). *Estudos e política do CUS – Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade*. Salvador: Edufba, 2013. p. 341-370. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16797/1/politica-do-CUS-cult15.pdf>. Acesso em: Jun. 2024.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 13a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. *Mulher negra*. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. Apresentação. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2a. ed. Dourados: Ed. da Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 17-19. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/book/2>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- COSTA, Rosely Gomes. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, Heloisa et al (org.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 213-224.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HAHNER, June. Introdução. In: HAHNER, June. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 9-18. (Coleção Retratos do Brasil, 112).
- LIMA, Márcia; RIOS, Flavia. O feminismo negro no Brasil: desafios e estratégias de consolidação de uma agenda política na área da saúde. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patricia (orgs.). *Gênero e Feminismos: Argentina, Brasil e Chile em transformação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019. p. 317-342.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. Histoire des Femmes: uma revisão bibliográfica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 15, n. 2, p. 23-32, 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/issue/view/3059>. Acesso em: 25 fev. 2021.
- LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2022. (Coleção História na universidade).

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, vol. 3, n. 1/2, p. 35-50, 1996. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/issue/view/9>. Acesso em: 26 fev. 2021.

MATOS, Maria Izilda Santos de. História das mulheres e das relações de gênero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, São Bernardo do Campo, vol. 19, n. 19, p. 5-15, 2013. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/mandragora/article/view/1238>. Acesso em: Nov. de 2024.

MATTOS, Maria Izilda Santos; FARIA, Fernando. *Melodias e sintonias em Lupicínia Rodrigues*: o feminino, o masculino e suas relações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas. *OPSIS*, Catalão, vol. 15, n. 2, p. 316-329, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/34189>. Acesso em: 4 mar. 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. Por uma história do homem negro. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, vol. 68, n. 3, p. 41-47, 1974.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, vol. 11, n. 28, p. 104-140, 2018. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1414>. Acesso em: 13 maio 2025.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/issue/view/66>. Acesso em: 11 fev. 2021.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, vol. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.

PEDRO, Joana Maria. Gênero e feminismo. In: ROSADO, Maria José (org.). *Gênero, feminismo e religião*: Sobre um campo em constituição. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 19-38.

PEDRO, Joana Maria; FREITAS, Idalina Maria Almeida de; VERAS, Elias Ferreira. Diálogos (im)pertinentes: as categorias gênero, sexualidade, raça e classe na historiografia brasileira contemporânea. In: REIS, Tiago Siqueira et al (orgs.). *Coleção História do Tempo Presente*: volume I. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019. p. 95-111. Disponível em: https://libreria.clacso.org/biblioteca_brasil/publicacion.php?p=2024&b=11. Acesso em: 13 maio 2025.

PERROT, Michelle. Michelle Perrot. [Entrevista concedida a] Hermetes Reis de Araújo. *Projeto História*, São Paulo, vol. 10, p. 125-138, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12109>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PERROT, Michelle. A história feita de greves, excluídos & mulheres. [Entrevista concedida a] Michael Hall, Antônio Negro, Héllo da Costa, Paulo Fontes e Regina Xavier. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 8, n. 2, p. 191-200, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86432>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 9-13.

PRIORE, Mary Del. Apresentação. In: PRIORE, Mary Del (org); BASSANEZI, Carla (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 7-10.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91. Disponível em: https://historiacultural.mpbnet.com.br/artigos/genero/margareth/RAGO_Margareth-as_mulheres_na_historiografia_brasileira.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

RAGO, Margareth. A "nova" historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 7, n. 11, p. 73-96, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6543>. Acesso em: 3 jan. 2022.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 63-95. (Coleção Biblioteca Básica).

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de Análise Histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a Gender and Politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721>. Acesso em: 3 maio 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 27, p. 75-91, 1987. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69910>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SILVA, Natanael de Freitas. Historicizando as masculinidades: Considerações e apontamentos à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior. *História, Histórias*, Brasília, vol. 3, n. 5, p. 7-22, 2015. Doi: <https://doi.org/10.26512/hh.v3i5.10826>.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 95-114. Disponível em: https://www/faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/aguiar_neuma_genero_e_ciencias_humanas.pdf. Acesso em: 31 jul. 2024.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015. Acesso em: 4 mar. 2021.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. *Gragoatá*, Niterói, vol. 13, n. 25, p. 29-49, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33140>. Acesso em: 2 mar. 2021.

SOUZA, Márcio Ferreira de. As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s). *Mediações*, Londrina, vol. 14, n. 2, p. 123-144, 2009. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/4510>. Acesso em: Nov. de 2024.

VAQUINHAS, Irene Montesuma. História das mulheres. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2a. ed. Dourados: Ed. da Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 367-371. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/book/2>. Acesso em: 30 mar. 2021.



VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. 2a. ed. Dourados: Ed. da Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 330-333. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/book/2>. Acesso em: 30 mar. 2021.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, vol. 6, n. 13, p. 90-109, 2015. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090>. Acesso em: 13 maio 2025.